

RADAR

SAÚDE ■ FAVELA

edição 24

Jul | Ago 2023

Dona Izildete Santos da Silva,
mãe de Fábio Eduardo de Souza
Santos, desaparecido após uma
abordagem policial, em Queimados,
em 9 de julho de 2003

Desaparecido



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

Imagem: Bruno Moraes

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 DEBATES

- 5 TAMBÉM DESDE O AR, AS E OS PROCURAMOS: EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO FORÇAS UNIDAS PELOS NOSSOS DESAPARECIDOS EM NUEVO LEÓN/MÉXICO NO USO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS **Victor Hugo García Gómez, Irma Leticia Hidalgo Rea, Angélica Orozco Martínez, José Evaristo Reyes Gómez**

15 MEMÓRIA

- 16 BUSCA INJUSTA
Luciene Silva

- 19 “QUANDO A GENTE FALA É IGUAL ARRUMAR O QUARTO, POR PRA FORA, ABRIR ESPAÇO PRA DEPOIS ESTAR CHEIO DE NOVO”:
ENTREVISTA COM EINSTEIN
Fábio Araújo e Luciene Silva

- 32 “ELES NUNCA DISSERAM NADA PARA NÓS”
Arlete Roque

35 ENSAIOS

- 36 ENSAIO FOTOGRÁFICO MORTE E PROGRESSO
Bruno Morais

- 41 ASSISTÊNCIA SOCIAL, ACOLHIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS A FAMÍLIAS VITIMADAS PELA VIOLÊNCIA DE ESTADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
Kléber Luiz Gonzada, Juliana Gomes da Silva

45 O QUE TÁ PEGANDO

- 46 ÁREAS DE DESOVA: A EXPANSÃO DOS CASOS DE DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ
Ciselle Florentino e Fransérgio Coulart

56 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Imagem: Bruno Moraes

RADAR SAÚDE FAVELA é o informativo produzido pela Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz. Gestado no primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, o projeto foi um dos produtos da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19 Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais, o antigo Radar Covid-19 Favela trouxe análises populares e científicas sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia no decorrer de suas 17 edições, publicadas entre agosto de 2020 e junho de 2022.

Em sua nova fase, o Radar Saúde Favela terá foco em produzir e difundir informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre as diversas dimensões de precariedade que afetam de forma diferenciada as populações que habitam em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, o novo informativo ampliará seu escopo, contemplando relatos, textos, entrevistas e material audiovisual dos quatro cantos do país, a partir da ampliação da rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes nestes territórios. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas. Tudo isso, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo nesses territórios.

O material publicado resulta da formação de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais e o direito à comunicação pública. Lançado como uma revista digital, o Radar Saúde Favela está ancorado nos referenciais teórico, conceitual e metodológico de Promoção da Saúde, remete às diretrizes do Programa Institucional de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz, bem como aos objetivos e metas do Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação de Cooperação Social. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.



DEBATES



Foto: Víctor Hugo García Gómez

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

TAMBÉM DESDE O AR, AS E OS PROCURAMOS: EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO FORÇAS UNIDAS PELOS NOSSOS DESAPARECIDOS EM NUEVO LEÓN/MÉXICO NO USO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS

Víctor Hugo García Gómez, Pós-Graduação em Antropologia da UNAM/Especialização em Antropologia Forense da ENAH/GAF-FLAD México. **Irma Leticia Hidalgo Rea**, Coletivo Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León¹. **Angélica Orozco Martínez**, Coletivo Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León. **José Evaristo Reyes Gómez**, Coletivo Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León.

Tradução do texto:
Edna Bravo.

Revisão:
Fábio Araújo e
Fábio Mallart.

*Tiraram tanto de nós,
que tiraram nosso medo*

(Irma Leticia Hidalgo Rea, 2017²)

Nas linhas que seguem, expomos algumas das experiências que as e os integrantes do coletivo “**Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León**”³ (FUNDENL)/México, têm adquirido no exercício de seu Direito de participar nas buscas por pessoas desaparecidas, em especial, através do uso e da operação de tecnologias de sistema de aeronaves remotamente pilotadas, conhecidas como drones. Essas experiências vão desde a aquisição das aeronaves, a obtenção dos conhecimentos para a sua operatividade, bem como a criatividade para diversificar os seus usos, produzindo novas possibilidades de ação.

¹ Fuerzas Unidas por Nuestros Desaparecidos en Nuevo León: <http://fundenl.org/>

² Discurso da Irma Leticia Hidalgo Rea pelo sexto aniversário do desaparecimento de seu filho, Roy Rivera Hidalgo (<https://www.youtube.com/watch?v=HCiG1xA3zmw>).

³ Nuevo León é uma das 32 entidades da Federação que compõem o território mexicano. Localiza-se no nordeste do país; está integrado por 51 municípios e a capital é a cidade de Monterrey.

A FUNDENL é só um dos muitos coletivos de familiares de pessoas desaparecidas que surgiram no território mexicano devido à crise social que atravessa o país. Rodolfo Gamiño (2021) assinala dois momentos conjunturais que têm feito o fenômeno do desaparecimento visível no México, levando-o a se converter em um assunto público: a nomeada “Guerra Suja”, acontecida na década de 1970, e a “Guerra contra o narcotráfico e o crime organizado”, implementada em 2006 pelo governo mexicano. Ambos os momentos enquadram parte da genealogia da luta pela exigência feita ao Estado mexicano pela busca de pessoas desaparecidas, materializada na criação da “Lei Geral em Matéria de Desaparecimento Forçado de Pessoas, Desaparecimento cometido por Particulares e do Sistema Nacional de Busca de Pessoas”, em 2017, e na publicação do “Protocolo Homologado para a Busca de Pessoas Desaparecidas e Não Localizadas”, em 2020.

A “Guerra Suja” é considerada como o primeiro momento que visibiliza a luta contra o desaparecimento forçado, resultando na criação, em 1977, da primeira organização que reúne familiares de desaparecidos no México, o chamado “Comité Pro Defensa de Presos, Perseguidos, Desaparecidos y Exiliados Políticos”, nomeado tempos depois como “Comité Eureka” (Kuri, 2018). Por outro lado, a guerra contra o narcotráfico provocou um cenário de violência que continua até hoje, e que nos primeiros seis anos de sua implementação já contabilizava 26.000 pessoas desaparecidas (Rosen e Zepeda, 2015).

Em 2014, ocorreu um dos episódios mais marcantes de desaparecimento de pessoas em nosso país, que se refletiu na exigência coletiva da apresentação com vida dos 43 estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa. A esta exigência, somaram-se as reivindicações das famílias dos desaparecidos, muitas das quais organizadas em coletivos há anos.

Buscas cidadãs e estratégias para as buscas

Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León é um coletivo de familiares de pessoas desaparecidas e amigos solidários que começaram a organizar-se em abril de 2012 (FUNDENL, 2023). Desde então, através de diversas ações, o coletivo tem procurado, desde o ar e na terra, às milhares de pessoas e parentes desaparecidos que nos fazem falta, exigindo das autoridades correspondentes a procura e a localização imediata.

Diante da inação do Estado Mexicano, em outubro de 2015, começaram a realizar Buscas Cidadãs em Campo⁴, realizando explorações com ferramentas básicas como pás, facões e barras de ferro para examinar o território na procura de lugares de enterramento clandestino.

Com o passar do tempo, essas famílias foram treinando e adicionando novas ferramentas às buscas. Foi assim que, graças ao testemunho da antropóloga Dra. Carolina Robledo, do Grupo de Investigación em Antropologia Social e Forense (GIASF), conheceram a importância do uso de drones para analisar as grandes extensões de terreno antes de ir diretamente às zonas e explorá-las, isto é, antes de realizar trabalhos em campo, tornando mais eficientes os recursos disponíveis e documentando fielmente o trabalho.

Ar-terra: a implementação de novas estratégias de busca

Em 2016, a FUNDENL realizou um evento público com a finalidade de obter recursos para comprar um drone. Com a venda desses bilhetes, o coletivo pode adquirir uma primeira aeronave: um DJI Phantom 3 standard. Nesse mesmo ano, com o apoio do especialista em drones Gerardo Espino, membros do coletivo se capacitaram e aprenderam como

⁴ As buscas cidadãs são estratégias desenvolvidas pelos familiares das pessoas desaparecidas que diante da falta de respostas, prática recorrente nas instituições estatais mexicanas, de forma organizada e pelos seus próprios meios realizam labores de busca das pessoas desaparecidas.

pilotar e obter imagens aéreas para a observação: do espaço de forma imediata, de caminhos para o acesso às áreas de interesse, das condições geográficas, assim como a identificação de riscos prováveis. Foi um grande desafio vencer o temor que as e os integrantes manifestaram sobre a possibilidade de a aeronave cair, pois o esforço para adquiri-la foi grande.

No ano de 2018, o arqueólogo Víctor Hugo García Gómez, um dos autores desse texto, com financiamento do Instituto para a Segurança e a Democracia A.C. (INSYDE), desenvolveu uma primeira oficina da qual participaram integrantes da Fiscalía Especializada em Pessoas Desaparecidas do estado de Nuevo León, do Instituto de Criminalística e Serviços Periciais e do Coletivo Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León. A duração da oficina foi de 70 horas, das quais 60 foram distribuídas no desenvolvimento de aspectos teórico-práticos, tais como: aquisição de imagens aéreas mediante planificadores autônomos, processamento de imagens para a elaboração de modelos tridimensionais do terreno e de ortofotografias⁵ de alta resolução, e análise dos produtos obtidos para identificar áreas de interesse com potencial para realizar buscas mais específicas (os horários de trabalho foram das 9h às 19h, com uma hora para comer, distribuídos em seis dias; as 10 horas restantes foram destinadas para o levantamento de imagens aéreas em campo).

Essa experiência inicial permitiu às e aos integrantes de FUNDENL desenvolver as habilidades necessárias para a operação dos drones, implementando voos autônomos das áreas de interesse (Figura 1), adquirindo imagens de forma sistemática para a criação de ortofotografias de alta resolução para analisar o terreno (Figura 2), criando a partir delas estratégias para o desenvolvimento de atividades em campo como

⁵ Segundo o Instituto Nacional de Geografia e Estatística do México (INEGI), as ortofotografias são uma apresentação fotográfica de uma zona na superfície terrestre, onde todos os elementos apresentam a mesma escala, não tem erros nem deformações, com a mesma validade de um plano cartográfico (INEGI, s.f.).

a prospecção terrestre, estratégias que se incorporaram como métodos para a busca de pessoas desaparecidas de maneira regular no coletivo. Da mesma forma, o coletivo foi somando mais ferramentas tecnológicas às suas ações, como dispositivos GPS, detectores de metais, softwares para a obtenção de informação geográfica e de análise (Google Earth, Qgis, entre outras).

Durante os anos seguintes, o uso de drones continuou por parte dos coletivos, mas não por parte das instituições estatais participantes da primeira oficina. A publicação, no ano de 2017, da Lei Geral em Matéria de Desaparecimento Forçado de Pessoas, Desaparecimento Cometido por Particulares e do Sistema Nacional de Busca de Pessoas (Lei Geral, 2017) e do Protocolo Homologado para a Busca de Pessoas Desaparecidas e Não Localizadas (Protocolo Homologado, 2020) exigiu a criação de instituições como a Comissão Local de Busca de Pessoas de Nuevo León para acompanhar os processos de busca, apoiando as Fiscalías nas buscas das e dos desaparecidos, com a implementação de tecnologias e estratégias. Não obstante, a implementação deste tipo de tecnologias ainda é algo que os coletivos esperam, mas não de forma passiva.

A escalada tecnológica

Recentemente, o coletivo adquiriu uma nova aeronave com maior autonomia de voo (até 46 minutos), maior distância de voo (até 15 km) e maior qualidade de imagem, tanto na fotografia como no vídeo (resolução de 20 megapixels e de 4k). O tamanho e o peso da aeronave se reduziram significativamente, o que representou uma vantagem em termos de transporte e de armazenamento, visto que necessita de menor espaço (Figuras 3 e 4).

Com a escalada tecnológica, surgiram novas necessidades, já que a resolução das imagens aumentou. Foi necessário maior capacidade de armazenamento dos arquivos digitais, o que se traduz num maior tama-

nho das unidades para o respaldo da informação capturada, mas também em cartões de memória de maior velocidade de escritura e de armazenamento das imagens que a aeronave capta durante a sua jornada de trabalho. Aos requerimentos anteriores, somaram-se os de maiores capacidades de processamento computacional, sendo necessário obter equipes com mais capacidade de processamento.

Num primeiro momento, o uso do drone foi para a observação do espaço de maneira imediata: os caminhos para acessar as aéreas de interesse para as buscas; as condições das áreas, tanto topográficas como vegetais, assim como a identificação de prováveis riscos, lembrando que as famílias mexicanas percorrem terrenos instáveis, barrancos e com a presença de grupos criminosos.

Num segundo momento, requereu-se um amplo trabalho complementar, tanto no âmbito da analítica como do gabinete, para: a realização de planos de voos, a obtenção de imagens aéreas de forma autônoma, o descarregamento e o processamento de imagens, a elaboração de ortofotos ou ortomosaicos ⁶, a análise da informação para detectar traços de interesse (Figura 5), além de uma etapa de avaliação das características e dados detectados em campo.

O uso de drones tem permitido às famílias de FUNDENL identificar elementos associados com técnicas de desaparecimento no México, por exemplo, fossas clandestinas cuja elaboração deixa mudanças no solo, como a remoção da terra e, por conseguinte, mudanças na vegetação, algo que pode ser detectado com o uso dos drones. Quando se identificam elementos de interesse, as e os membros do coletivo se dirigem para essas zonas e realizam uma exploração minuciosa das áreas, com ajuda de ferramentas como pás, picaretas e barras de ferro.

⁶ Os ortomosaicos são ortofotografias elaboradas a partir de um processo computacional em que se juntam várias imagens aéreas de uma área.

Como já dito anteriormente, a espera da implementação de tecnologias para a busca por parte das instituições responsáveis não tem sido passiva. A FUNDENL segue, desde o ar e desde a terra, implementando estratégias que apoiam o trabalho de campo em matéria de busca, aprendendo que a aquisição de novos equipamentos não é suficiente, e que isso deve ser complementado com o desenvolvimento de novas estratégias de coordenação entre os membros do coletivo, assim como da atualização e capacitação para maximizar os recursos. As estratégias surgem em vários níveis, tanto da tecnologia, da operacionalidade e da análise, conhecimentos que as famílias buscadoras cada vez mais fazem seus na procura de quem elas e eles amam.



Figura 1 - Angelica Orozco pilotando a aeronave de FUNDENL (Fotografia de Víctor Hugo García Gómez)



Figura 2 - Processamento de imagens para elaboração de modelos tridimensionais do terreno (esquerda) e ortofotografias (direita).



Figura 3 - Evaristo Reyes Gómez participando de testes de pilotagem do drone (Fotografia de Víctor Hugo García Gómez).



Figura 4 - Leticia Hidalgo desempacotando aeronave recém adquirida em novembro de 2022
(Fotografia de Víctor Hugo García Gómez)



Figura 5 - Processamento e análise de ortomosaicos pelo Colectivo FUNDENL nas instalações do CIESAS nordeste
(Fotografia de Víctor Hugo García Gómez).

Referências

FUNDENL (2013). ¿Quiénes somos? <http://fundenl.org>

Gamiño Muñoz, Rodolfo (2020). La patria de los Ausentes: un acercamiento al estudio de la desaparición forzada en México. Universidad Iberoamericana, México.

INEGI (s.f). Imágenes de satélite. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. <https://www.inegi.org.mx/temas/imagenes/ortoimagenes/#Descargas> https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5601905&fecha=06/10/2020#gsc.tab=0

Kuri, E. (2018). El “Museo Casa de la Memoria Indómita”: condiciones de producción y recepción de un espacio de memoria dedicado a la guerra sucia en México. Sociológica, vol. 33, n. 93, pp. 181-212. <https://www.redalyc.org/journal/3050/305054868006/html/>

Ley General en Materia de Desaparición Forzada de Personas, Desaparición Cometida por Particulares y del Sistema Nacional de Búsqueda de Personas (2017). Diario Oficial de la Federación. <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGMDFP.pdf>

Protocolo Homologado para la Búsqueda de Personas Desaparecidas y No Localizadas (2020). Diario Oficial de la Federación. https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5601905&fecha=06/10/2020#gsc.tab=0

Rosen, Jonathan y Zepeda Martínez, Roberto (2015). La guerra contra el Narcotráficos en México: una guerra perdida. Reflexiones. Vol. 94, no. 1: 153-168.

MEMÓRIA



Foto: Acervo pessoal de Arlete Roque

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

BUSCA INJUSTA

Luciene Silva, Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense.

Onde você está? E agora, o que eu vou fazer?
Onde vou lhe procurar? A quem posso recorrer?
A Justiça diz que irá investigar, que temos que aguardar
Mas como não nos desesperar, se quem amamos pode nunca
mais voltar
Mais voltar!
O coração aperta até doer, quero ver você, quero ver você!
As horas vão avançando, vão avançando
E os dias vão passando, passando
E no silêncio, sem resposta, nós vamos ficando
Essa violência vai nos violentando, tirando a vida dos nossos
E desaparecendo com os seus corpos, eles vão nos torturando!
Famílias que foram condenadas aos seus mortos, não poder o
corpo velar
E assim não podem dizer adeus, e a última homenagem lhes
prestar
É essa a Baixada que queremos para morar?
Não, não podemos nos conformar
Então, avante defensores, vamos continuar lutando para
transformar
Lutando para transformar! Lutando para transformar!

Dores irreparáveis nos atravessam todos os dias. A perda é uma realidade que dói na alma, mas, em 2007, a Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense se deparou com uma forma de violência que, no mínimo, pode ser denominada de perversa. Uma mãe, que teve seu filho levado na porta de casa, na frente do irmão. Seu nome é Alex, tinha 15 anos de idade e agora está desaparecido. Desaparecimento forçado é o nome dado para esse crime.

Para a Rede, encontrar essa mãe que ainda acreditava que o filho estava vivo, que a qualquer momento seria encontrado, que voltaria para casa, ou até que estaria em algum lugar, em cárcere privado ou na rua perdido, desmemoriado, em algum hospital, ferido ou desacordado, era o apego, a esperança de que vivo ele estaria e que ela iria reencontrá-lo. O que nos cabia fazer era abraçá-la, acolhê-la, apoiá-la, estar ao seu lado. Como dizer a ela que aceitasse que o seu filho estava morto se ela não tinha o corpo para enterrá-lo? As idas e vindas na delegacia, no Instituto Médico Legal, em hospitais. Começava ali uma via-crúcis sem fim. A polícia dizia que estava fazendo buscas...

Nós acompanhamos essa angústia por respostas e elas não vieram. Os anos foram passando e mesmo não tendo respostas, essa mãe não aceita a perda de seu filho. Cemitérios clandestinos foram achados, seu DNA foi comparado e nada foi encontrado. Tiraram a vida dessa mulher, a sua alegria de viver, a saúde mental dela e de sua família. Em 2021, o pai de Alex faleceu de uma doença que adquiriu pelo sofrimento de ter seu filho levado. E o pior: não se despediu dele e nem viu seus algozes serem punidos.

Daí por diante, vários outros casos foram acolhidos pela Rede e todos continuam sem respostas. O que resta são mães e familiares adoecidos. Os desaparecimentos forçados têm aumentado de maneira assustadora nos territórios da Baixada. Não há dados oficiais. A dificuldade já começa porque são muitas as pessoas que não se sentem seguras para denunciar

e fazer boletim de ocorrência, pois moram na região e têm medo de represálias. Outras fazem, mas os casos são tratados com menosprezo. As famílias não são comunicadas do andamento do inquérito policial, como se isso não tivesse importância, a menos que ganhe mídia. E mesmo assim depois são esquecidos, as investigações e buscas são feitas por um determinado tempo e depois elas se encerram.

O processo é arquivado. Essa violência só faz crescer a cada dia. Desaparecimento forçado se tornou uma prática constante nesse território, casos que só aparecem se ganham visibilidade na mídia, e mesmo assim, temporariamente, até outro caso acontecer e o anterior ser esquecido. Ninguém consegue avaliar o tamanho desse sofrimento, apenas quem passa por ele. Escutemos, portanto, o relato de Einstein, que viveu e vive esse drama.

“QUANDO A GENTE FALA É IGUAL ARRUMAR O QUARTO, POR PRA FORA, ABRIR ESPAÇO PRA DEPOIS ESTAR CHEIO DE NOVO”: ENTREVISTA COM EINSTEIN ⁷

Fábio Araújo e Luciene Silva

Fábio: Primeiramente, agradecemos a sua participação. Você pode se apresentar?

E: Agradeço a possibilidade de falar. Agradeço o convite também. Sou Einstein. Geralmente, costumo me apresentar como Einstein RC, que é meu nome artístico, meu nome de guerra nas atuações que eu faço por aí, voltadas para o âmbito da cultura, porque eu sou músico também. Sou produtor, sou MC... Já trabalho com arte e com educação há mais ou menos uns treze anos. Também faço parte do Instituto Enraizados, que foi onde eu comecei as minhas atuações. Estou caminhando no âmbito do meu trabalho e fico feliz de até hoje trabalhar com a minha arte...

O que aconteceu recentemente comigo foi que o meu irmão Douglas de Paula Pampolha dos Santos desapareceu com mais quatro meninos, aqui na Baixada Fluminense. Eu sou de Nova Iguaçu. E desapareceu numa situação em que a nossa localidade tem atuação de milícias. Nós somos rodeados de todas essas forças paralelas, seja milícia, seja tráfico. Eu já estou acostumado a lidar com essas situações porque meu trabalho me leva para esses locais. Onde eu atuo levando arte, a gente se depara com essas situações. Anteriormente, essas violências já tinham chegado em mim através de amigos. Eu já tinha perdido uns dois, três amigos para essa questão da violência local. Só que dessa vez foi com meu irmão.

⁷ Entrevista realizada com Albert Einstein, de modo remoto, em 8 de março de 2023.

Aconteceu há alguns meses. Eu, particularmente, parei de contar sobre o caso porque... é doloroso, né?! A busca que a gente fica para, pelo menos, enterrar um irmão, um parente. E depois disso, acho que me afetou psicologicamente e eu parei de contar. Foram-se completando meses e para mim fica a sensação de que ainda são semanas, dias. Dois desses meninos foram encontrados, no caso, os corpos.

F: Como vocês tomaram conhecimento do ocorrido?

Então, chegou um rapaz na minha casa, um dos colegas dos meninos. Ele chegou transtornado no meu portão, e falou: “Pô, o teu irmão e mais ciclano e mais beltrano e mais fulano sumiram! Os caras pegaram”. Eu falei: “Como assim, mano?”. E aí, eu perguntei detalhes e ele me informou, mas falou que era coisa séria, que ele nem podia ir lá resolver porque não ia dar, porque ele estava com medo de ir. Aí, eu fui e comuniquei ao pessoal em casa. Logo que eu comuniquei o que ele havia me explicado, a gente tomou as providências de ir buscar, de tentar fazer o possível. Tomar as medidas possíveis, correr atrás. Acionar a polícia, dizendo que ele tinha desaparecido. Foi isso o que a gente fez.

F: Como foi o atendimento policial?

É aquele procedimento de desaparecimento, que não adianta nada. É um procedimento lento, que a gente tem que explicar o que aconteceu. O que é isso? O que é aquilo? Na real, a gente precisa da polícia na hora, né? Para ir atrás. Que vá lá, entre lá e veja o que aconteceu, enquanto dá tempo de salvar uma vida em uma situação de risco de vida. E houve o procedimento desse atendimento. Depois, no dia seguinte, a polícia começou a correr. Acharam algumas coisas. Quando foi noticiado, acharam o local, acharam dois corpos. O atendimento foi ok, sabe? Foi dada atenção, não fomos tratados de maneira assim: “tanto faz”. A gente foi tratado com a devida atenção. Não foi com indiferença.

Entretanto, depois que acharam dois dos meninos, pararam tudo. Se eu não me engano, trocou o delegado. Não era mais a mesma delegada, foi pra outro. Não entendi muito bem porque isso aconteceu, se estava caminhando. Um detalhe quando eu estava no processo de reconhecer os corpos: a gente foi pra um setor da polícia, perto do Hospital da Posse, até esqueci o nome, não sei se é IML. A gente chegou lá e aí a gente ficava no processo de espera, muito repórter no entorno, nos arredores, querendo que a gente falasse. A gente não quis falar através dos canais de mídia porque já tínhamos feito tudo, o que sobrava ali era o sensacionalismo da nossa dor. O processo já estava correndo, só podíamos buscar, ir atrás de fazer os procedimentos, mas a mídia queria mais, queria ver a gente chorar, lágrima dá audiência. A mídia quer ver o outro sangrar.

F: Como foram as idas e as buscas no Instituto Médico Legal (IML)?

No IML, eu tive a seguinte resposta quando eu fui lá buscar uns restos mortais que tinham achado... A mulher falou assim: “Aí só tem víscera... tipo, se você quiser levar víscera pra casa...”. Ela falou isso pra mim, tá ligado? Porque eu perguntei, sabe? Eu falei assim: “Pô, não dá pra ver essas vísceras?” Ela falou: “Como é que vai descobrir? Pode ser de porco”. Só que ela falou rindo, sabe? Numa frieza e numa falta de humanidade mesmo. É só pisão onde a gente não está mais sentindo, já está machucado.

F: Como foi a repercussão na mídia?

Na questão da mídia, a certeza que a gente tem é que depois que acharam dois corpos a cobertura do caso parou. Por exemplo, quando acharam os dois corpos, foi televisionado. A busca foi televisionada pela Rede Record. Aí, teve a entrevista com uma das mães das vítimas e depois disso parou. Mas ficaram dois corpos sem serem encontrados. Então, qual é o intuito? O intuito é contribuir ou é vender matéria? Lógico, o intuito também vai ser vender matéria, mas podem ser intuítos

simultâneos. Preciso vender matéria, mas também tenho compromisso de contribuir. A matéria vai ser vendida pelo jornal, mas o fator humano também é importante para nós enquanto sociedade. Sacou? Esse fator não existe, só existe o fator vender matéria.

Eu disse uma vez para uma repórter que eu não ia falar porque não tenho o que dizer. A única coisa que eu tenho para dizer é que quero que essa experiência de alguma maneira se amenize, que aconteça com menos frequência na minha localidade, porque é comum acontecer.

F: Esse tipo de jornalismo não tem compromisso com a busca da verdade e da justiça. Muitas vezes, pegam a narrativa da polícia, não se preocupam nem em ouvir os familiares, que são criminalizados por morar em territórios periféricos, por serem negros e pobres. A mídia oficial, a mídia corporativa, participa desse trabalho de desumanização.

E: Muito importante esse adendo. Tipo, a gente tem que ter empatia, né? Por isso que eu disse... Eu acho que pode ter o intuito de informar, o intuito de vender a matéria, mas também ter esse compromisso com a gente, com o indivíduo, com a sociedade. É necessário ter responsabilidade com a matéria, com o caso, é preciso ter responsabilidade no aspecto profissional, mas tem o aspecto com a outra pessoa também.

F: Claro, exatamente!

E: Essa violência também pode chegar em mim. Não digo nem no quesito pessoal, é no sentido de: “pô, essa violência está aqui, afeta o outro, e eu me importo com isso. Eu me importo com as outras pessoas. A gente precisa ter empatia junto ao nosso profissionalismo... Porque eu acho que faz parte de qualquer profissão. Só que o normal hoje...É uma competição por quem vende melhor, sacou? A gente vê esse detalhe quando a gente pega a emissora X, no momento que ela está notificando

o caso: “oh, foi a gente que achou os dois corpos. O helicóptero que achou os corpos”. Isso aconteceu, tá ligado?

F: A imprensa afirmou que foram eles que acharam os corpos?

E: Isso, o repórter falou: “Foi a gente que achou...”. Tipo, eu não tô interessado em quem achou o corpo... Isso deveria ser motivo de vergonha porque quem tinha que ter achado o corpo era a polícia, tá ligado? Não a imprensa bater no peito e falar: “porra, eu achei”. Ou seja, você vê o total descompromisso empático ali, tá ligado? A gente sabe que funciona assim. Como eu disse, eu tive a experiência com amigos, tá ligado? Quando estão acontecendo essas coisas em torno da gente, são sempre as mesmas situações. “O que o ciclano estava fazendo?”. E aí, é outro aspecto empático também, porque quando a gente vai ver em algum portal, a notícia diz: “ah, era suspeito de fazer tal, tal e tal”. As matérias são focadas nisso. Suspeito disso e suspeito daquilo. Se ciclano fez algo errado, ciclano tem que ser punido da seguinte forma... Não justifica ser punido com a vida, sacou? Isso é vendido como se fosse uma parada correta: ah, porque eu fiz isso aqui de errado, eu tenho que morrer”. Não! Eu acho que no nosso país existem leis e eu acho que as nossas leis têm que ser seguidas. No mundo perfeito, isso vai acontecer. Ninguém vai tomar tapa na cara porque tá com uma ponta de maconha. Porque a gente sabe que não há necessidade disso. A gente vai ser abordado e vai seguir o protocolo da abordagem corretamente. Mas não é o que acontece!

Luciene: No caso do desaparecimento forçado, a punição é dupla: punem a pessoa e punem a família. É uma punição que atravessa a família inteira. E isso se estende para o resto da vida. É um dano para a saúde mental e física. Ter uma pessoa desaparecida é o dobro da punição, é o dobro de crueldade, exatamente porque você não dá o direito para essa família de se despedir, de fazer uma última homenagem. E isso é muito duro!

E: Tem a história da dúvida, né? A dúvida te tortura para o restante da vida. Às vezes, a minha tia fica esperando alguém bater no portão. É complicado falar... Porque se eu pego pra falar uns detalhes desses, acaba que eu choro. Mas o pior é que eu não sou tanto uma pessoa de chorar, sacou? É difícil pra mim chorar, mas eu acho que essa parte, tipo da tortura, é isso... Da gente chegar num nível de tristeza que nós não conseguimos colocar pra fora. Aí, a gente acaba que vai ficando doente, tá ligado? É como ela destrinchou bem.

F: É necessário um acolhimento, né? É o que precisa...

E: Exatamente, era isso que eu ia falar.

F: Precisa ser acolhido, não interrogado.

E: Correto! Às vezes, aquilo que é perguntado é muito íntimo, sacou? É invasivo. E tipo, a gente acaba sendo questionado, tá ligado? Questionado no momento de reportagem, seja qual for... E a gente tá com essa mesma dúvida, tá ligado? Às vezes, o repórter faz uma pergunta pra nós que é a mesma pergunta que a gente se faz todos os dias. O ponto principal é que a gente deveria ter minimamente um acolhimento por parte do Estado, deveria ter um psicólogo aqui, tá ligado?

F: E mesmo nos serviços, né? Por exemplo, no IML, que é uma coisa duríssima. As pessoas não têm que chegar lá e ficar ouvindo barbaridades...

E: É...eu ia fazer o reconhecimento do corpo. Toda a vez que eu estava lá, eu via um corpo diferente. Para ver se era o corpo que eu estava procurando, tá ligado? Só ali, a gente já precisa de um apoio psicológico qualquer. Mas a gente não tem.

F: Você vê por imagens ou eles tiram as gavetas e ficam mostrando os cadáveres?

E: O familiar vai lá dentro ver. E assim, tipo, por exemplo: o familiar de um dos meninos vai, você pode ir junto. Só que é complicado. É uma parada muito doida ficar correndo atrás de corpo. Inclusive, eu até... Eu não gosto muito de ficar falando só sobre mim porque, às vezes, eu me sinto até... Isso acontece tanto com outras pessoas... Eu sei que não é isso, tá ligado? Mas a nossa cabeça mesmo, a gente se acha um pouco egoísta, tipo: “Ah, tô falando só da minha situação”. Como eu disse, o acolhimento é muito importante. Quando aconteceu tudo, eu estava fazendo pré-vestibular, eu estava tentando entrar na faculdade, sacou? Só que com a minha saúde mental, eu não consegui estudar. Larguei a parada no meio. Queria fazer o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), não fui nem fazer o ENEM.

F: Eu gostaria de te perguntar a respeito da sua família...como ela está, o que mudou na rotina de vocês depois de tudo isso? O seu irmão morava com vocês?

E: Ele morou a vida inteira com a gente, nós fomos criados juntos. A gente é filho do mesmo pai e a gente já tinha várias paradas na vida. Tipo, a nossa família era muito grande, sacou? Só que, com o tempo, a gente foi perdendo todo mundo. A gente tem muitas perdas na família. Por exemplo, o meu avô faleceu, nós tínhamos oito anos. Na real, eu tinha oito. Meu pai faleceu, eu tinha 15. Antes do meu pai, eu tinha perdido o meu padrinho, que frequentava muito minha casa. Aí, recentemente, depois do meu pai, perdi uma tia também, que frequentava aqui em casa. Então, a família foi esvaziando, sacou? Tinha muita gente que frequentava aqui. Depois disso, que a gente teve tantas perdas, ele teve um filho. E aí, o filho dele foi crescendo aqui...



Douglas, tia Kilana, vó Nazaré, tia Luciana e Albert Einstein - Foto: Acervo pessoal Einstein



Douglas e o filho - Foto: Acervo pessoal Einstein

F: O seu irmão?

E: Isso! Ele foi crescendo aqui, ele preenchia. Criança é uma alegria em casa, na vida da gente, né? E aí, ele ficava aqui e tudo mais. Só que, assim, ele tinha a esposa e aí estava brigando com a esposa. Separou e foi cada um pra um canto também. Aí, depois de um tempo, ele saiu para morar de aluguel. Mas ele viveu a vida toda aqui, então...



Einstein e o irmão Douglas – Foto: Acervo pessoal Einstein

Nos tempos que a gente vive, de tecnologia, de informação muito rápida, processada de maneira muito rápida, a vida já fica vazia, sacou? Então, tipo assim, a gente já é sensível, sabe? A gente já é acometido por um monte de doenças, da nossa cabeça mesmo. A gente desenvolve porque fica um vazio, né? Igual eu, eu trabalho com arte, eu tenho que frequentar as redes sociais. E, às vezes, se eu estiver revoltado com a minha vida e não tiver o menor filtro possível, eu quero ter a vida do outro, sacou? Porque parece que é muito boa e a minha é muito ruim. E aí, depois que acontecem questões como essa, aí piora! Esse filtro fica mais difícil. Eu sinto a sensação de frio em casa, independente do clima, se é verão ou se é inverno. Porque fica faltando, a casa fica vazia, né? Ainda mais com o moleque que não está mais aqui, com o filho dele que não está mais ficando aqui. Ele foi morar com a mãe dele. E, às vezes, ele vem pra cá. Quando ele vem, fica mais feliz!

F: Qual a idade dele?

E: Ele tem quatro anos. Eu, particularmente, não consigo ficar tão próximo dele porque, tipo, me dói, sacou? Me dá gatilhos! Mas eu fico próximo a ele assim... Eu brinco, eu cuido, eu levo para a escola quando ele tá aqui, entendeu? Eu assumo minhas respostas com ele, até como se eu fosse pai dele. Não que eu queira ser, sacou? Mas, eu sou a figura masculina que ele tem. Aí, tipo, eu digo isso numa questão de carência, tá ligado? Porque quando eu perdi meu pai, com 15 anos, eu fiquei carente, sacou? De um pai mesmo. Mas é aquilo: eu fui criado por três mulheres e fez muito bem pra minha vida, fez muito bem pra mim. A única diferença é que eu queria que meu pai também estivesse. É só isso. Então, eu digo que o aspecto de carência é isso mesmo, pra não faltar... Querendo ou não, sendo uma figura masculina... Tipo, o meu gatilho é esse! Em algum momento, ele vai falar assim: “Pô, não tenho pai”. Isso me destrói, me rasga de serra elétrica por dentro, tá ligado? Só que é aquilo, eu tipo tento, mesmo com a minha dor, empurrar com a barriga. Estar perto dele, sacou?

F: Ele fica perguntando sobre o pai? Como que vocês lidam?

É foda, tá ligado? É aquilo... Ele ficava perto do pai também. Aí, eu só tento chegar no nível de conversar com ele pra tipo... pra ele não achar que o pai está rejeitando ele. Tipo, a última vez que ele viu o pai, o pai saiu, sacou? Então, às vezes, na cabeça dele, ele pode ter a sensação de que: “pô, o meu pai não quer me ver”.

F: Terrível... É muito desamparo, né?

E: É isso... É esse filtro que eu tenho que ter quando estou com ele. Pra ele não sentir essa sensação. Porque eu sei que dá, sacou? Eu vejo no olho dele... Que ele tá ali, esperando, aí ele precisa da confirmação de que não é isso que está acontecendo. Pra ele, é certo que é isso que está acontecendo... que o pai rejeita. Ele passou o aniversário sem o pai. Tipo: “ah, por que meu pai não vem na minha festa?” Tipo: “Ah, meu pai tá triste comigo?”. E eu: “não, teu pai te ama, só que ele está trabalhando”. E aí, tipo, querendo ou não, acho que isso é um aspecto pesado. Quando você tira a vida de uma pessoa, você está tirando a oportunidade de, seja um pai, um filho, por exemplo, a oportunidade de um filho de ter mais tempo com o pai. Ou a oportunidade de um pai de ver um filho crescer. De um neto ter mais tempo com uma avó. E o pior de tudo... O mais crucial é que você tira a oportunidade de... Mesmo se for questão de um erro, se você pune alguém porque... O que eu também não acho correto, mas se você põe na sua cabeça que você está punindo alguém por causa que alguém errou, e você tá punindo com a vida, você está tirando a oportunidade dessa pessoa reconhecer o erro dela, dela fazer diferente, tá ligado? A gente evolui tecnologicamente, mas humanamente ainda é primitivo. Aliás, humanamente não, empaticamente... Porque humanamente a gente é isso daí, tá ligado? Difícil é você ver um bicho fazer algo assim. O humano é que é o problema!

Espero que eu tenha respondido a pergunta, mas é isso: fica frio, fica sobrando espaços dentro de casa. O problema do desaparecimento é que fica a sensação de que a pessoa vai chegar em algum momento. E a gente não consegue colocar na cabeça do outro que já foi. Tipo assim: não cara, não vai voltar, tá ligado? “Não, eu tenho que procurar no hospital”. Não, cara, se fosse no hospital, já tinha achado. O repórter já tinha achado primeiro que a gente. Então, é difícil esse processo. Em casa, me encontro nesse processo de tentar fazer algumas pessoas entenderem...

Depois que acontece isso, você precisa do apoio psicológico que eu tô falando, você precisa de um apoio psicológico para você não exigir do outro, tá ligado? Porque automaticamente você começa... A gente tem essa naturalidade feia de descontar nos outros... E, às vezes, a gente não está sabendo lidar com a nossa dor e a gente cobra do outro. Só que o outro está machucado, aí o outro fica cansado mentalmente, aí cria uma bola de neve, que ninguém sai do lugar.

L: É aí que a gente fala de saúde mental, né? O quanto causa de prejuízo pra saúde mental, pro emocional, pro psicológico, e daí, vai desencadeando outras questões físicas, clínicas, que só vão piorando. E aí, a gente tem que conviver porque a gente é família, né? E isso, às vezes, traz conflitos, traz desentendimentos e sofrimento, né? Por isso que é imprescindível que exista um atendimento voltado para essas famílias, para essas mães, para os familiares de vítimas e de desaparecidos. Eu lido com uma mãe que há anos está esperando o filho voltar... São 15 anos esperando o filho voltar! Ela está doente mentalmente, psicologicamente e fisicamente, mas ela não aceita que o filho está morto... Porque, assim, não cai a ficha se você não vê... A mãe, ela tem que tocar... Ela tem que sentir que o filho está sem vida.

F: Einstein, primeiramente, gostaríamos de te agradecer muitíssimo! Eu não sei se você quer fazer mais algum comentário, mas sinta-se totalmente à vontade, tá bem?

L: Quero agradecer ao Einstein também. Sei que não é fácil falar sobre isso, repetir isso tudo. Só agradecer, muito obrigada por você ter participado conosco dessa conversa.

E: Eu agradeço também! Por ter o espaço para falar; é importante falar. É difícil, às vezes, se comunicar dentro de casa, sacou? E aí, ter um espaço para falar... Ainda mais tipo assim, quando a gente está com dificuldade e aí tem tipo... tem um terreno para você caminhar ali e entender o que está acontecendo... Você vai falando e abrindo espaço. Eu tenho alguns amigos que falam assim pra mim: “Mano, pô, tá acontecendo umas paradas na minha vida e pá. Eu não sei como agir, tá ligado? Eu não sei falar, não sei explicar”. Aí, eu geralmente uso um exemplo assim: “Mano, às vezes, é o simples, começa a fazer, a criar o terreno para você ficar à vontade, conseguir criar o espaço para você melhorar”. Eu vejo assim: às vezes, eu fico num cenário onde o meu quarto está todo bagunçado. O espaço onde estou dormindo tá todo bagunçado. E aí, eu começo a arrumar, sacou? Imaginar o meu quarto como se fosse a minha cabeça. Eu vou desempilhando tudo e vou abrindo espaço, sacou? E aí, eu consigo raciocinar e pensar melhor, lidar melhor com meus sentimentos. Então, quando a gente caminha nessa linha de raciocínio, nesse ambiente, a gente consegue abrir espaço... E quando a gente fala é igual arrumar o quarto, por pra fora, abrir espaço pra depois estar cheio de novo. E eu agradeço por isso, por ter a oportunidade de falar e, como eu disse, eu não falei com fonte nenhuma anteriormente porque eu não me sentia à vontade. Tinha todo esse fundamento por trás de como funciona, que é importante estar aqui, por exemplo, com a Luciene, que me facilita falar... Porque eu sei que eu posso falar tranquilamente... Como a gente conversou em off aí, sabe, da Fiocruz, como eu já trabalhei aí, eu sei dos propósitos, né? E isso é importante... Conhecer os propósitos!

“ELES NUNCA DISSERAM NADA PARA NÓS”

Arlete Roque, mãe de Alex Júlio Roque, desaparecido após abordagem policial em Manaus



Weverton Marinho, Alex Júlio Roque e Rita de Cássia – Foto: Acervo Pessoal Arlete Roque

Já se passaram seis anos e nunca tive o direito de enterrar o meu próprio filho. Apenas nesse caso, são três famílias que ficaram todas doentes. A mãe de Weverton já teve várias doenças; a mãe e o pai de Cássia também já tiveram diferentes enfermidades, tais como Acidente Vascular Cerebral (AVC) e trombose. O pai de Alex sofreu com um AVC e aneurisma. Assim como os outros pais, toma remédios fortíssimos. Permanece, assim, a nossa indignação com o fato de que o Estado continua matando nossos filhos, ocultando seus cadáveres e nos matando junto, afinal, somos três famílias que sofrem com doenças, com depressão, com angústia.

O que quero pedir é que parem de matar os nossos filhos! Até agora, não tivemos acesso nem aos atestados de óbito. Além disso, estamos es-

perando por uma indenização que só Deus sabe quando vai sair.

No meu caso, fiquei sabendo do ocorrido às 3h45, quando os irmãos de Cássia chegaram dizendo que os meninos haviam sido levados por oito policiais. Caímos em desespero, mas começamos a correr atrás para saber para onde eles haviam sido levados. Procuramos o dia todo, mas não achamos. Meu marido achou a sandália do meu filho, cheia de sangue, na localidade conhecida como “Mestre Chico”. Lá, ele também achou duas cápsulas de balas que saíram das armas dos policiais, porém, não encontramos os corpos.

Os oito policiais acusados foram julgados, ficaram presos por dois anos e oito meses, mas saíram com tornozeleiras eletrônicas. A justiça autorizou a saída deles “para trabalhar, para levar o sustento para seus familiares”. Mas quem vai levar o sustento do filho que o Alex deixou? Hoje, quem ajuda na criação do meu neto sou eu. Ele tem uma deficiência na perna e precisa fazer uma cirurgia urgente. Também nesse caso, contar com o Estado é o mesmo que nada, já que ele nunca concedeu nenhum benefício ao meu neto.



Arlete Roque durante manifestação contra a violência policial – Foto: Acervo pessoal de Arlete Roque

O mesmo Estado que paga os salários desses policiais nunca nos assistiu em nada. Nunca tivemos um acompanhamento de saúde, nunca tivemos acompanhamento psiquiátrico ou psicológico, nada. Meu marido já teve quatro AVCs, e eu que corri atrás. O certo era o Estado estar nos assistindo, mas nunca recebemos nada. Nunca disseram nada para nós, a não ser que: nem Deus vai achar o corpo dos meninos. Com certeza os meninos foram jogados no rio ou então foram carbonizados. Nunca falaram onde colocaram os meninos. Não sei se há algum cemitério por aqui, se eles os enterram clandestinamente. O que sei é que a saúde das famílias está precária, as famílias estão doentes.

Dizem que os meninos eram traficantes, eram marginais, mas eles eram de família. Não importa o que eles eram, por mais que fossem os piores marginais, jamais poderiam ter sumido com os corpos e ocultado os cadáveres. Essa é a atitude de um Estado genocida, que mata e continua matando. Há cerca de dois meses a ROCAM (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas) matou mais quatro pessoas. A matança continua.

ENSAIOS



Foto: Bruno Moraes

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

MORTE E PROGRESSO

Bruno Moraes, fotógrafo.

Morte e Progresso é uma pesquisa de longa imersão que venho desenvolvendo desde 2015. A primeira pessoa que aceitou participar desse projeto foi Izildete Santos da Silva. A história de dona Izildete é marcada por uma dor que não cicatriza. A dor do desaparecimento, há 20 anos, do filho Fábio Eduardo de Souza Santos, do qual até hoje não se tem notícias. A dor da impunidade que assola a vida das pessoas pretas e periféricas. A dor de uma mãe que lutou desde o instante que soube que seu filho foi colocado em um carro da PM, no dia 9 de julho de 2003.

Desde esse dia, dona Izildete fez de tudo para encontrar alguma pista do que aconteceu com seu filho, e ainda faz. Lutou sozinha contra milicianos na Baixada Fluminense, escreveu para governadores e presidentes, deu diversos depoimentos em delegacias, procurou Comissão de Direitos Humanos, ongs, mídias e até hoje segue sem resposta, sem justiça e nenhum tipo de auxílio governamental.

Pelo contrário, foi ameaçada inúmeras vezes por policiais, teve que trocar de bairro e adquiriu diversos problemas de saúde.

Junto com outras mães que passaram e passam pelo mesmo, d. Izildete não desiste da luta, mesmo diante de todas as dificuldades.

“Meu caso está esquecido e até hoje eu sou ameaçada. Antes de morrer eu queria uma solução”.

Izildete Santos da Silva
Foto: Bruno Moraes

Desaparecido



29/01/2004

DONA BETE,
VENHO POR MEIO DESTA COMUNI-
-CAR-LHE QUE ESTA NA HORA DE VOCE
-PROCURAR OUTRO LUGAR PARA MORAR.

QUEREMOS ACABAR COM OS VAGABUN-
-DOS DA RUA, ATRAVES DE TEUS FILHOS
E ESTE TAL DE BEBE OS VAGABUNDOS
NAO DEIXAM A RUA, SE VOCE JA PERDEU
DOIS FILHOS MORANDO NESTA MALDITA
CABEÇA DE PORCO, O QUE ESTA ESPE-
-RANDO A GENTE INVADIR E ACABAR
COM O RESTO, NAO SEI COMO VOCE
ADMITE OS MALANDROS VIVER EX-
-PLORANDO O GANHO DE UM GAROTO
DEFICIENTE.

SUMA DE QUEIMADOS COM
ESTES VAGABUNDOS, SENAO VAI SE
ARREPENDER, NAO CHORE DEPOIS
DO LEITE DERRAMADO.

Foto: Bruno Morais



Foto: Bruno Morais

Foto: Bruno Moraes



Foto: Bruno Moraes

ASSISTÊNCIA SOCIAL, ACOLHIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS A FAMÍLIAS VITIMADAS PELA VIOLÊNCIA DE ESTADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

Kléber Luiz Gonzaga, Juliana Gomes da Silva, Mestres e doutorandos em Psicologia pelo PPGPSI/UFRRJ.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), indicam que em 2020 sete cidades do Rio de Janeiro estavam entre as dez maiores do país com as taxas mais altas de letalidade policial e ainda segundo o Boletim Fórum Grita Baixada Ed nº 3 de Março 2022, destas sete cidades, cinco são municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Magé. A Baixada Fluminense apresentou em 2021 quase o dobro da taxa de letalidade policial por 100 mil habitantes (11,21) quando comparado a cidade do Rio (6,76). Com isso, a sociedade civil do Município de Nova Iguaçu historicamente luta por um serviço que acolha a nível Municipal as famílias que são vitimadas pela violência Supra Descrita.

Perder um ente por violência letal ou desaparecimento forçado possui grande impacto na convivência social e comunitária podendo acarretar problemas de ordem psicossocial, financeira, de pertencimento e saúde. Por conta disso após movimento histórico de mobilização da sociedade civil organizada do município de Nova Iguaçu, composta por diversos grupos, dentre eles a rede de mães e familiares da Baixada Fluminense e o Fórum Grita Baixada, a Secretaria Municipal de Assistência Social resolveu por constituir o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência de Estado e seus familiares e organizar os atendimentos no âmbito dos equipamentos da Assistência Social da cidade de Nova Iguaçu criando o

Comitê gestor intersetorial.

Este serviço visa qualificar o atendimento via política de Assistência Social, dos Cidadãos iguaçuanos que sofreram violência de Estado ou que sofreram violência institucional, ou seja, familiares de vitimizados que sofrem com as consequência dessa violência, com atenção especial aos recortes de gênero e raça.

Os atendimentos e acompanhamentos sociais de famílias vitimadas pela violência de Estado que são realizados pelas equipes de referência que compõem a proteção Social Básica e Especial da política de Assistência Social, partem da premissa que esses eventos violentos fazem parte da práxis que atravessa a rotina desses serviços de proteção a todo momento, portanto cabe também ao mesmo Estado que Violenta, a implementação de políticas públicas que garantam o acesso dos cidadãos aos seus direitos, por hora não respeitados.

Com isso o poder público Municipal se comprometeu a mapear serviços e instituições governamentais e não governamentais que atuam como porta de entrada ou primeiro atendimento para vitimados e seus familiares, assim como serviços e instituições governamentais e não governamentais que se dedicam ao cuidado promoção, defesa e proteção dos direitos das pessoas vitimadas e seus familiares construindo uma rede de apoio intra e intersetorial, estabelecendo fluxos de acolhimento e acompanhamento.

No tocante aos trabalhadores, foi construído um plano de Educação permanente para os profissionais CRAS e CREAS e da rede de apoio para atendimento e acompanhamento e sensibilização além de campanhas, reuniões.

Para tal, fez-se importante constituir metodologia de trabalho. Apoio, atendimento, cuidado e proteção social às famílias, contribuindo

para que estas ressignifiquem de algum modo a realidade da violência vivida e suas consequências, Isto realizado através dos serviços, desenvolvidos nos equipamentos CRAS E CREAS através de duas etapas inter-relacionadas que são:

1ª) intervenções socioassistenciais,

2ª) acolhimento e ressignificação dos danos sociais/psicossociais causados pela violência.

Sendo, intervenção socioassistencial a responsabilização dos serviços e envolvimento dos profissionais numa cadeia de promoção de cuidado, realização de oficinas, palestras, encontros, seminários, capacitações entre outras atividades que surgirem de cada demanda social.

Disponibilizando atendimento psicossocial, de forma individual e familiar, estimulando a realização de grupos reflexivos onde as vítimas de violência possam recuperar, através de sua história, algum grau de autoestima e confiança, sendo capazes de reconhecer seu acolhimento e ressignificação dos danos causados pela violência.

A provocação e luta das organizações sociais para que o ESTADO desse conta das demandas oriundas da violência cometida por ele próprio, ganhou corpo dentro das universidades. A pauta tem sido objeto de estudo, pesquisa e intervenções por meio de projetos universitários de extensão e parcerias. Pensando na territorialização do debate, uma vez que a baixada fluminense tem características diversas da capital. Que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, somou-se ao movimento pela qualificação e aperfeiçoamento do atendimento a esse público dentro dos CRAS E CREAS.

Através da participação e envolvimento de dois professores do Instituto de Psicologia da UFRRJ, a formação e organização do serviço foi tornando-se possível. Reforço a palavra envolvimento, uma vez que pensar um tipo de serviço especializado, tal qual o NAMVIF, é necessário sen-

tir-se pertencente do processo e do território.

O NAMVIF é um dos primeiros dispositivos públicos do tipo. Poderia ser o último, uma vez que criar espaços, serviços públicos, o que seja, para cuidar-acolher vítimas de violência de Estado, cria em nós a sensação de que criamos mais uma demanda. Entretanto, não instituir espaços como esse, pode tamponar o problema, como se não fosse real, ou problema nosso. Oxalá possamos num futuro bem próximo problematizar serviços como esse, pois o Estado tem exercido sua função finalística, que é proteger seus cidadãos. Enquanto isso não acontece, não me estranha o NAMVIF ser um dos únicos serviços municipais, pois de fato assumir-se como partícipe da produção de violações é obrigar-se também com a construção da solução.

O QUE TÁ PEGANDO

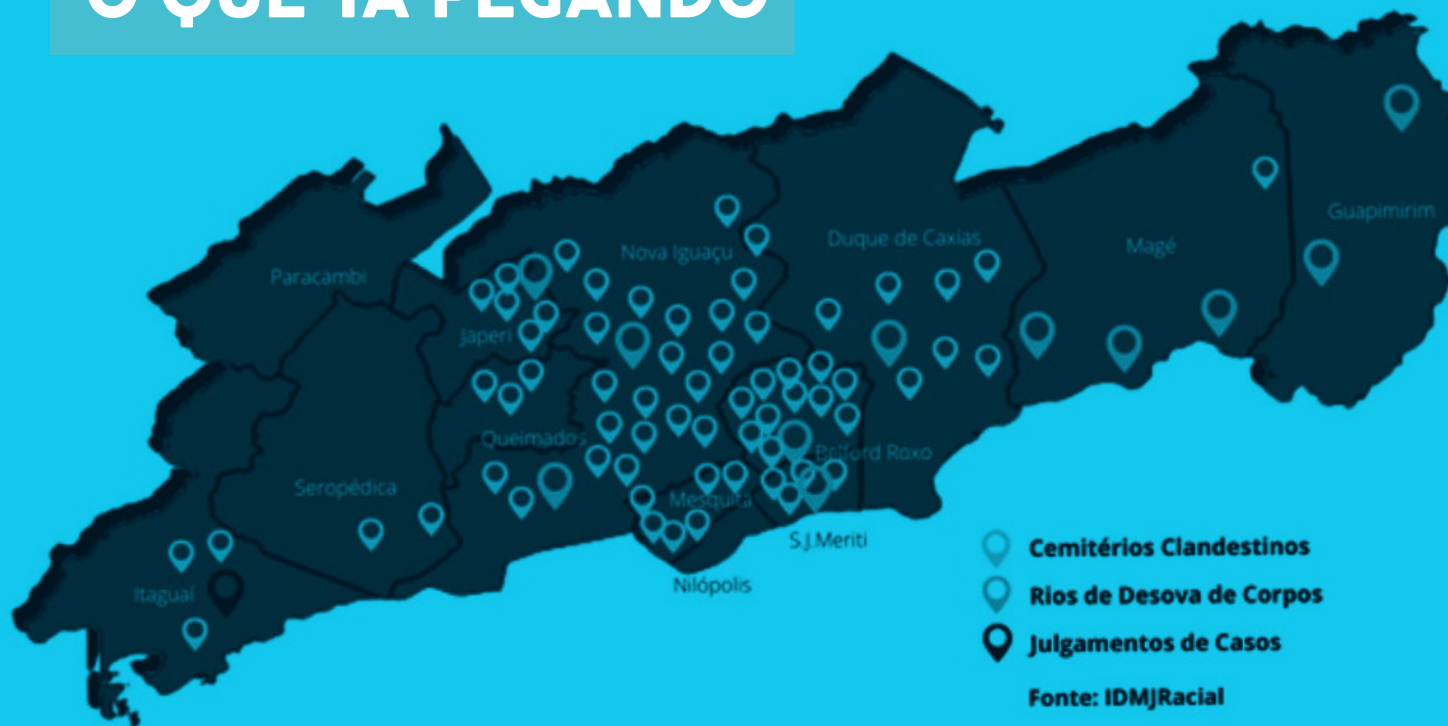


Foto: IDMJRacial

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

ÁREAS DE DESOVA: A EXPANSÃO DOS CASOS DE DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

Giselle Florentino, Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e Coordenadora Executiva da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial). E-mail: florentino.giselle@gmail.com

Fransérgio Goulart, Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Coordenador Executivo da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial). E-mail: fransergiogoulart@gmail.com

Este artigo trata do monitoramento sobre desaparecimentos forçados realizado pela Iniciativa Direito à Memória Justiça Racial (IDMJRacial) em áreas dominadas pelas milícias, na Baixada Fluminense/RJ. A IDMJRacial é a primeira organização social a sistematizar as áreas de cemitérios clandestinos na região, um território predominantemente negro, submetido a altos índices de violência e pobreza, localizado na área metropolitana do Rio de Janeiro.

Os métodos de desaparecimentos forçados de corpos foram utilizados constantemente como forma de terror do Estado em diferentes tempos históricos e sob distintas condições. No Brasil, o aprisionamento e a retirada forçada de corpos de seus territórios perpassam toda a formação social e econômica do país, desde o tempo de colonização, passando pelos dramáticos anos de ditadura empresarial-militar, até

o atual período dito democrático. Vale dizer que, nos últimos anos, ao longo da ofensiva conservadora e militarizada na política institucional federal e estadual, assistimos a uma reatualização dos métodos de desaparecimentos forçados, agora sob a liderança de grupos de milícias em territórios favelados e periféricos.

Não é possível falar sobre desaparecimentos forçados sem antes discutir os processos de violência de Estado, onde o próprio Estado é o principal realizador e violador de direitos sociais e humanos. Em nossa linha de análise, nos contrapomos ao mito socialmente construído sobre o papel do Estado representar a defesa dos interesses comuns de toda a população, já que nesse tipo de construção ideológica é retirado o caráter classista da formação da sociedade.

De acordo com os escritos de Lenin (2005), o Estado nasce a partir das necessidades internas das relações sociais, entretanto, é colocado como uma instância acima da estrutura social e distante de quaisquer interesses particulares. Logo, o Estado utiliza-se de aparelhos coercitivos para controlar a luta de classes através da personificação do exército e da polícia como uma “instituição de uma força pública” (Engels, 2012).

O grau de violência na captura de negras e negros do continente africano e o processo de desumanização e, em seguida, a sua transformação em simples mercadorias dispostas no comércio ultramarino, sendo reféns dos anseios do capital, evidencia que o violento nascimento do capitalismo está totalmente associado à escravidão do povo negro, servindo como alavanca do processo de acumulação originária (Williams, 2012).

Por isso, entendemos que a ocorrência de desaparecimentos forçados não origina-se apenas no período da ditadura empresarial-militar na América Latina, e sim, ao longo de todo o brutal processo de

colonização do continente, com processos dramáticos de humilhação e subordinação das colônias para a inserção subordinada dos países latino-americanos na fase industrial do capitalismo mundial.

Desaparecimentos forçados: da escravidão às milícias

Segundo o relatório da *Voyages - The Trans-Atlantic Slave Trade Database*⁸, 12,5 milhões de africanos e africanas foram transportados para as Américas entre os séculos XVI e XIX (em quase 20 mil viagens), sendo 64,6% formados por homens e 35,4% por mulheres. Ademais, 2,5 milhões de pessoas morreram durante o traslado. Para o Brasil, foram enviados 5,8 milhões de escravos através de embarcações portuguesas, sendo que o país foi o maior destino de escravos do tráfico negreiro nas Américas durante três séculos; cerca de 40% das pessoas retiradas forçosamente do continente africano vieram direto para o Brasil.

Um dos principais determinantes do período escravagista foi o caráter violento na captura do povo africano, viabilizado através de mecanismos de tortura, sequestro e dominação de corpos negros. Logo, a realização de desaparecimentos forçados não origina-se apenas no período da ditadura empresarial-militar na América Latina. E sim, ao longo de todo o brutal processo de colonização do continente, marcado pelo extermínio dos povos originários, subjugação dos povos africanos, pilhagem, espoliação e destruição de recursos naturais, entre outros processos dramáticos de humilhação e subordinação das colônias para inserção subordinada dos países latino-americanos na fase industrial do capitalismo mundial. Os métodos de desaparecimento forçado de corpos foram utilizados constantemente como forma de terror do Estado em diferentes tempos históricos e sob distintas condições.

⁸ O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico é o resultado de várias décadas de pesquisas independentes e colaborativas, com base em dados encontrados em bibliotecas e arquivos de todo o mundo atlântico. O website *Voyages* é o produto de dois anos de trabalho de uma equipe multidisciplinar de historiadores, bibliotecários, especialistas em currículo, cartógrafos, programadores de computador e web designers, em consulta com estudiosos do tráfico de escravos de universidades da Europa, África, América do Sul e América do Norte. O National Endowment for the Humanities foi o principal patrocinador dessa Emory University Digital Library Research Initiative. O W.E.B. Du Bois Institute da Harvard University e o Wilberforce Institute for the Study of Slavery and Emancipation da University of Hull também patrocinaram o seu desenvolvimento. Para mais informações: <http://slavevoyages.org>

Nos dramáticos anos de ditadura empresarial-militar na América Latina, o desaparecimento forçado de pessoas foi empregado como instrumento político de amplo cerceamento de liberdade e cassação de direitos políticos. O caráter de privação de liberdade através da captura, sequestro, tortura, mutilação e outros métodos torpes de desumanização e controle de corpos durante a vigência do período ditatorial brasileiro deixaram marcas latentes na memória social e na atuação política da sociedade até os dias atuais.

No Brasil, não há uma tipificação para os crimes de desaparecimento forçado, mesmo havendo inúmeras recomendações internacionais sobre a temática e principalmente sobre o grau de omissão do Estado acerca dos incontáveis casos de desaparecimentos de corpos que ocorrem em áreas periféricas e faveladas. Os casos que deveriam ser tipificados como desaparecimento forçado são alocados de forma leviana na categoria de pessoas desaparecidas.

Apesar de o Brasil ter assinado, em 1994, a Convenção Interamericana de Desaparecimentos Forçados de Pessoas, a prática persiste no país, especialmente contra os mais pobres e negros. Entre 2003 e setembro de 2022 foram encontrados 12.140 cadáveres pelas Polícias no Rio de Janeiro, segundo o Instituto de Segurança Pública. Após a consolidação do poder das milícias, principalmente na Baixada Fluminense, identificamos o aumento das subnotificações e a diminuição dos registros oficiais de encontro de cadáver.

Ademais, a IDMJRacial possui uma leitura política sobre o que são as milícias, de maneira bem distinta de muitos pesquisadores do campo de segurança pública. Ancorada em seu cotidiano de atuação com as mais diversas faces das violações de Estado, a IDMJRacial defende um posicionamento, acima de tudo, racializado e classista sobre o que são as distintas frações de milícias que atuam em todo o território fluminense atualmente.

Para a IDMJRacial, as milícias não são grupos paramilitares, como é tradicionalmente discutido nos espaços acadêmicos. Afinal, a composição das grandes lideranças das milícias são originárias do próprio funcionalismo público, em sua maioria, são agentes ou ex-agentes de segurança pública. Não há uma relação paralela ao Estado, já que estão dentro da máquina pública, inclusive, utilizando-a para benefício próprio de seu grupo de milícia e/ou político. Ao contrário do que ocorre com as facções ligadas ao tráfico, algumas lideranças das milícias ocupam cargos de prestígio e poder dentro do Legislativo e Executivo, nacional e estadual. Ademais, as lideranças das milícias são, em sua grande maioria, homens brancos cis, oriundos das classes médias, militares e com grande influência política local. A milicialização é o atual projeto de segurança pública do Estado, vide seu modelo de negócio baseado em extorsão e sua relação articulada com as polícias para fortalecimento da consolidação de algumas frações de milícias. Por fim, existem diversas frações de milícias que disputam entre si devido à dinâmica de lucratividade e poder local. As milícias são diversas e não um todo homogêneo e monopolizado.

Ao receber informações e denúncias de moradoras e moradores da região, identificamos que as milícias, ao disputarem o domínio de territórios, utilizam os desaparecimentos forçados como um instrumento para demonstrar poder, não deixando evidência dos assassinatos, e como forma de terror, impedindo que ocorram denúncias e buscas pelos corpos. No geral, cerca de 17% dos cadáveres encontrados no estado do Rio de Janeiro são registrados nas áreas da Baixada Fluminense. A metodologia dos dados oficiais não engloba os casos de desaparecimentos forçados, dificultando ainda mais a possibilidade de quantificar o real número de pessoas vítimas da violência urbana que são executadas pelo Estado.

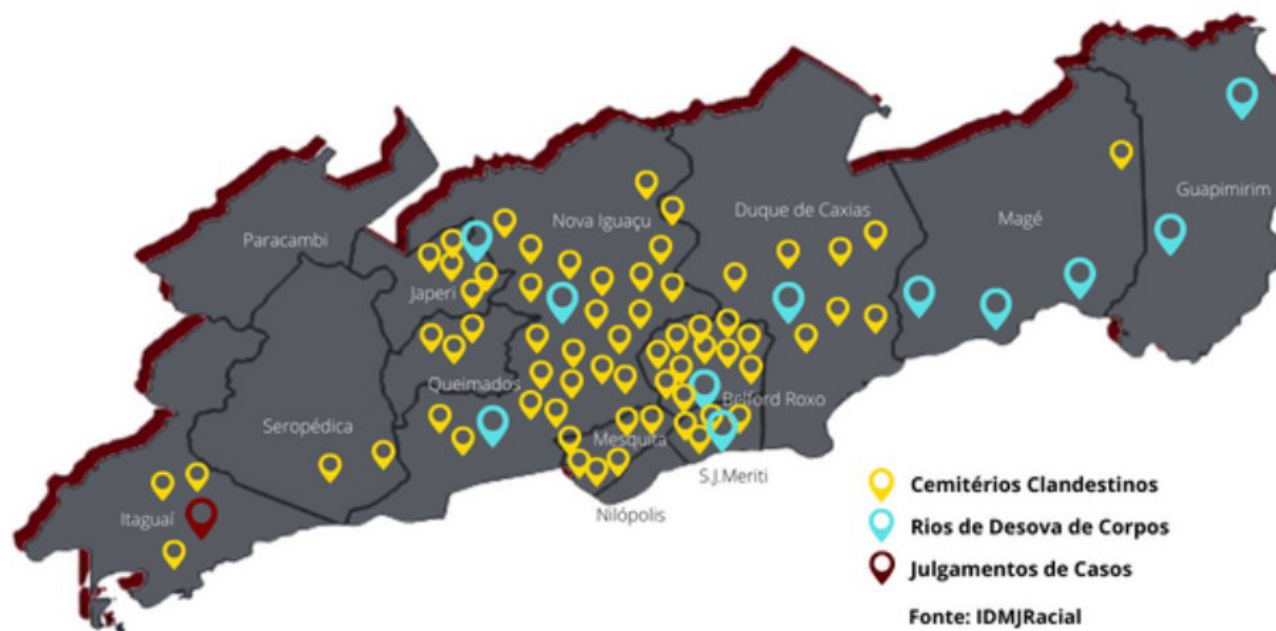
O crescimento de cemitérios clandestinos na Baixada Fluminense

O histórico de violência urbana na Baixada Fluminense é marcado pelo cotidiano desaparecimento de corpos, mortes que são ignoradas pelas estatísticas oficiais. O perfil das vítimas, em geral, é o de jovens, pretos e pardos, com baixa escolaridade, do sexo masculino e moradores de favelas e periferias. Entre 2003 até setembro de 2022 foram encontradas 754 ossadas no estado do Rio de Janeiro. No geral, cerca de 20% das ossadas foram encontradas na Baixada Fluminense. As áreas com maior número de denúncias e depoimentos de desaparecimentos forçados são as áreas de controle de milícias, que de forma arbitrária e violenta encarceram, assassinam e desaparecem com os corpos dessas pessoas, os quais são descartados em cemitérios clandestinos ou rios para impedir a identificação das vítimas.

A IDMJRacial produziu um mapeamento das áreas de desovas e cemitérios clandestinos na Baixada Fluminense para os anos de 2021 e 2022, utilizando uma metodologia participativa com moradores e moradoras através de uma plataforma online de recebimento de denúncias e com informações sistematizadas das redes sociais dos diferentes territórios da região. Identificamos a existência de 77 cemitérios clandestinos na Baixada Fluminense em 2022, um aumento de quase 4 vezes mais registros de áreas de desovas de corpos do que em 2021. São áreas que as milícias, as polícias, os grupos de extermínio, matadores e facções do tráfico utilizam para descartar os corpos após os assassinatos. Destes 77 cemitérios clandestinos, 32% estão localizados em Nova Iguaçu, 16% em Belford Roxo e 10% em Duque de Caxias. Os cemitérios clandestinos são desde terrenos baldios, áreas ermas, lixões, em certos pontos das linhas férreas, e até mesmo rios. Os rios são usados para o descarte de corpos, como os rios Sarapuí, Guandu e Botas. Encontramos 11 pontos de rios que são utilizados como áreas de desova de corpos na Baixada Fluminense, como representado no mapa abaixo:

⁹ Para mais informações, confira o Boletim IDMJR 2022: Desaparecimentos Forçados - Áreas de desovas na Baixada Fluminense. Disponível: <https://dmjracial.com/2022/11/23/lancamento-boletim-desaparecimentos-forcados-areas-de-desovas-na-baixada-fluminense/>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

**Figura 1- Mapa de Cemitérios Clandestinos
na Baixada Fluminense/RJ - 2022**



Fonte: IDMJRacial

Ademais, há registros recorrentes do uso da decapitação e do esquartejamento de pessoas como parte da estratégia e/ou métodos de atuação territorial baseados em produção de medo e terror pelas milícias. Os processos de mutilação de corpos ocorrem, na maioria das vezes, após a realização do sequestro/captura deste mesmo indivíduo. Uma sequência de violações que ocorre desde o sequestro, tortura, assassinato, desmembramento e ocultação do corpo. As milícias, na Baixada Fluminense, têm amplamente utilizado a decapitação e, posteriormente, a exposição de diversas partes de corpos desmembrados em espaços públicos para a construção de uma pedagogia do medo. E quando a vítima é mulher, seja ela cis ou trans, ainda é adicionada a violação sexual.

Mas, afinal, o que o Estado brasileiro está fazendo efetivamente para reduzir os casos de desaparecimentos forçados? A pergunta gera

incômodo, pois há envolvimento do próprio Estado, por ação ou omissão. Por isso, a importância da construção de uma memória coletiva que sirva para a luta por reivindicação de mudanças estruturais históricas.

Fica evidente a necessidade de garantir a criação da tipificação da categoria desaparecimentos forçados para estimular a investigação e elucidação desses inúmeros casos de privação de liberdade, sobretudo, analisar as dinâmicas e relações entre as mais distintas tipificações de violência – decapitação, esquartejamento, encontro de cadáver, ossada, pessoas desaparecidas, sequestros e homicídios. O Estado deve ser responsabilizado por esse tipo de violação e garantir a reparação econômica e psicossocial para as vítimas e seus/suas familiares.

Os métodos de desaparecimentos forçados de corpos foram utilizados constantemente como forma de terror do Estado em diferentes tempos históricos e sob distintas condições, em que a América Latina foi uma das regiões onde a política de desaparecimento como método de terror se impôs com maior impacto e eficiência. A completa ausência da categorização sobre desaparecimentos forçados evidencia o nítido desinteresse político para as investigações desses casos.

Além da problemática das subnotificações, as metodologias utilizadas pelos órgãos oficiais não são disponibilizadas para livre acesso e os procedimentos metodológicos são alterados de acordo com os interesses do Estado para esconder a ineficiência da política de segurança pública, que não trata o enfrentamento do racismo institucional como uma questão estrutural. Diante do problema, realizar estudos e pesquisas sobre o tema é promover a construção de uma indignação coletiva que sirva para a luta por memória, justiça e verdade.

*60% dos jovens de periferia
Sem antecedentes criminais
já sofreram violência policial*

*A cada quatro pessoas mortas
pela polícia, três são negras*

*Nas universidades brasileiras,
apenas 2% dos alunos são negros*

*A cada quatro horas, um jovem
negro morre violentamente em São Paulo*

*Aqui quem fala é Primo Preto,
mais um sobrevivente*

(Racionais MC`s – Capítulo 4 Versículo 3)

Referências

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3^oed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL. Boletim IDMJR 2022: Desaparecimentos Forçados – Áreas de desovas na Baixada Fluminense. Disponível em: <https://dmjracial.com/2022/11/23/lancamento-boletim-desaparecimentos-forcados-areas-de-desovas-na-baixada-fluminense/>. Acesso em 30 de julho de 2023.

LENIN, V.I. O estado e a democracia burguesa: O estado. Palestra proferida na Universidade Sverdilov, em julho de 1919. In: O Estado burguês e a revolução socialista. Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-econômicos. [s.l.]: Editoria Instituto José Luís e Rosa Sundermann, junho 2005.

SLAVE VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em 30 de julho de 2023.

WILLIAMS, Eric. O comércio britânico e o comércio marítimo triangular. Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Colaboradores nesta Edição

Angélica Orozco Martínez (México)

Arlete Roque

Bruno Morais

Fábio Araújo

Fransérgio Goulart

Giselle Florentino

Irma Leticia Higo Rea (México)

José Evaristo Reys Gómez (México)

Juliana Gomes da Silva

Kléber Luiz Gonzaga

Luciene Silva

Víctor Hugo García Gómez (México)

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Coletivo Forças Unidas pelos Nossos Desaparecidos em Nuevo León/México

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial)

Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

Equipe Radar Saúde Favela

Cinthia Marcelino Martins

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Luciene Silva

Mariane Martins

Paulo Roberto Ribeiro

Taís de Amorim



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz